

Ricardo Lodi Ribeiro

A SEGURANÇA JURÍDICA

do

CONTRIBUINTE

Legalidade, Não Surpresa e Proteção à Confiança Legítima

2ª EDIÇÃO

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2023

Copyright © 2023 by Ricardo Lodi Ribeiro

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

1228827

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

R484s

Ribeiro, Ricardo Lodi

A segurança jurídica do contribuinte : legalidade, não surpresa e
proteção à confiança legítima / Ricardo Lodi Ribeiro. – 2. ed. – Rio de
Janeiro : Lumen Juris, 2023.

376 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-2319-1

1. Direito tributário. 2. Segurança jurídica. 3. Direito financeiro.
4. Legalidade. 5. Sociedade de risco. 6. Proteção à confiança legítima.
7. Irretroatividade. I. Título.

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução.....	1
-----------------	---

Unidade I: O Valor da Segurança Jurídica no Direito Tributário

Capítulo 1: A Segurança Jurídica do Contribuinte – Da Idade Média à Crise do Estado-Nação	13
Capítulo 2: Globalização, Sociedade de Risco e Segurança.....	37
Capítulo 3: A Segurança Jurídica do Contribuinte na Era da Ambivalência	59

Unidade II: A Segurança Jurídica como Certeza do Direito no Princípio da Legalidade Tributária

Capítulo 4: Legalidade e Juridicidade.....	75
Capítulo 5: Origens Históricas e Fundamento da Legalidade Tributária....	91
Capítulo 6: A Legalidade Tributária e A Lei em Sentido Formal	103
6.1) Legalidade em Sentido Estrito e Reserva Absoluta de Lei	103
6.2) A Lei e a Medida Provisória.....	110
6.3) A Função da Constituição.....	114
6.4) A Função da Lei Complementar	119
Capítulo 7: O Conteúdo Material da Legalidade Tributária.....	131
Capítulo 8: Determinação e Tipicidade Tributária.....	139
8.1) Determinação e Abstração	139

8.2) Os Conceitos de Direito.....	146
8.2.1) Os Conceitos Abstratos	148
8.2.2) Os Tipos.....	152
8.3) A hipótese de incidência tributária e o tipo.....	159
Capítulo 9: Os Conceitos Indeterminados e a Reserva Legal	169
9.1) O Direito e a Imprecisão Conceitual.....	169
9.2) Conceitos Indeterminados e Discricionariedade.....	171
9.3) Reserva Legal Tributária e os Conceitos Indeterminados	182
9.4) Os Limites à Atribuição Normativa ao Regulamento Tributário	192
Capítulo 10: A Discricionariedade Violadora da Legalidade em Nossa Legislação Tributária.....	197
10.1) Fato Gerador e Base de Cálculo Definidos pelo Regulamento	198
10.1.1) O Regulamento que Ultrapassa os Limites da Lei de Incidência	198
10.1.2) O Regulamento que Tributa sem Habilitação Legal.....	199
10.1.3) Alterações da Base de Cálculo pelo Regulamento	200
10.2) As alíquotas pelo Regulamento	201
10.2.1) A Fixação de Alíquota pelo Regulamento	201
10.2.2) As Alterações de Alíquota pelo Poder Executivo sem Previsão Constitucional	202
10.2.3) Do Aumento de Alíquota em Virtude de Lei.....	202
10.3) Da definição de Sujeito Passivo por Regulamento.....	205
10.3.1) Da Definição do Contribuinte por Decreto	205
10.3.2) Substituição Tributária por Decreto.....	205

10.4) Dos Benefícios Fiscais pelo Regulamento	206
10.4.1) Dos Benefícios Fiscais Concedidos pelo Regulamento	206
10.4.2) Do Condicionamento Legal de Benefícios Fiscais ao Regulamento	208
10.4.3) Do Afastamento de Benefício Fiscal Legal com Base em Restrição Prevista no Regulamento	209
10.4.4) Redução de Benefício Fiscal pelo Regulamento.....	210
10.4.5) Analogia para Excluir Benefício Fiscal	211
10.5) Compensação Condicionada pelo Regulamento	212
10.6) Autorização Casuística do Poder Executivo para Transferência de Crédito de ICMS	214
10.7) Das Penalidades por Decreto	216
10.7.1) Penalidade Fixada por Decreto	216
10.7.2) Penalidade Graduada por Decreto	216

Unidade III: O Aspecto Temporal da Segurança Jurídica e o Princípio da Não-surpresa do Contribuinte

Capítulo 11: O Princípio da Irretroatividade Tributária	221
11.1) A Retroatividade das Leis e a Retroatividade Tributária.....	221
11.2) A Irretroatividade e o Fato Gerador Complexivo.....	228
11.3) A Retroatividade no Direito Tributário.....	231
11.3.1) As Leis Interpretativas	232
11.3.2) A Norma Tributária Sancionatória	239
11.3.3) As Leis que Estabelecem Novos Critérios de Apuração e Fiscalização do Tributo	241

Capítulo 12: O Princípio da Anterioridade Tributária	245
12.1) Temporariedade, Anualidade e Anterioridade.....	245
12.2) A Evolução no Brasil: Da Anualidade a Anterioridade	249
12.3) O Princípio da Anterioridade Tributária na Constituição de 1988.....	253
12.4) A Anterioridade Nonagesimal	257
12.5) A Noventena Constitucional.....	258
12.6) A Anterioridade e as Emendas Constitucionais	261
12.7) A Revogação de Isenção e a Anterioridade.....	267

Unidade IV: A Dimensão Subjetiva da Segurança Jurídica

Capítulo 13: A Segurança Jurídica Subjetiva e o Princípio da Proteção da Confiança Legítima	273
13.1) A Segurança Jurídica Subjetiva no Princípio da Proteção da Confiança Legítima pelo Legislador.....	273
13.2) Proteção da Confiança Legítima Quanto à Modificação dos Atos do Poder Executivo.....	279
13.3) A Proteção da Confiança e a Declaração de Inconstitucionalidade da Lei	283
13.4) A Proteção da Confiança e a Alteração da Jurisprudência.....	288
Capítulo 14: A Proteção da Confiança Legítima no Direito Tributário	291
14.1) A Proteção da Confiança e a Mudança na Interpretação Administrativa	292
14.2) O Princípio da Confiança nos Atos Administrativos sem Fundamento Legal e na Valoração dos Fatos.....	294

14.2.1) A Proteção da Confiança e os Benefícios Fiscais de ICMS sem Convênio	299
14.3) A Proteção da Confiança e o Perdão das Penalidades Pecuniárias..	300
14.4) A Proteção da Confiança e a Revogação dos Benefícios Fiscais Condicionados e Por Prazo Certo	302
14.5) A Proteção da Confiança e o Controle da Constitucionalidade da Lei Tributária.....	305
14.6) Os Efeitos Prospectivos de Decisão sobre a Constitucionalidade de Lei Tributária.....	310
Conclusão	315
Referências.....	329